

A dialética da tecnologia digital: entre a formação e o esquecimento

The dialectic of digital technology: between formation and forgetfulness

La dialéctica de la tecnología digital: entre la formación y el olvido

 **Mariana Bergo Damaso Silva**

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, MG, Brasil.

E-mail: marianabergo.d@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende retomar elementos da obra de autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, que permitam identificar a atualidade do conceito de dialética do esclarecimento a partir da compreensão dos processos de formação próprios da chamada era digital. Dentro da perspectiva aqui mobilizada, o que caracteriza a atual ordenação social é a contradição que se observa entre a manutenção de um certo modo de esquecimento por meio de formas que, do contrário, anunciam a promessa de não esquecimento profundamente ligada à capacidade de processamento das tecnologias que se inserem cada vez mais na vida dos indivíduos. Propõe-se pensar o modo como as novas tecnologias se relacionam com a tendência ao afastamento daquilo que diz respeito ao caráter vivo da cultura, apontando para a manutenção de uma dialética entre avanço tecnológico e aprisionamento social.

Palavras-chave: Formação; Tecnologia; Cultura digital; Racionalidade; Dialética; Esquecimento.

ABSTRACT

The aim of this paper is to revisit elements of the work of the first generation Frankfurt School authors, which allow us to identify the relevance of the concept of the dialectic of enlightenment from the point of view of understanding the formation processes of the so-called digital age. From this perspective, what characterizes the current social order is the contradiction between maintaining a certain mode of forgetfulness through forms that, on the contrary, announce the promise of non-forgetfulness deeply linked to the processing capacity of the technologies that are increasingly inserted into individuals' lives. The idea is to think about how new technologies relate to the tendency to move away from what concerns the living nature of culture, pointing to the maintenance of a dialectic between technological advance and social imprisonment.

Keywords: Formation; Technology; Digital culture; Rationality; Dialectics; Forgetfulness.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es revisar elementos de la obra de la primera generación de autores de la Escuela de Frankfurt que permitan identificar la relevancia del concepto de dialéctica de la ilustración desde el punto de vista de la comprensión de los procesos de formación propios de la llamada era digital. Desde esta perspectiva, lo que caracteriza el orden social actual es la contradicción entre el mantenimiento de un cierto modo de olvido a través de formas que, por el contrario, anuncian la promesa de un no-olvido profundamente ligado a la capacidad de procesamiento de las tecnologías que se insertan cada vez más en la vida de los individuos. Proponemos pensar cómo las nuevas tecnologías se relacionan con la tendencia a alejarse de lo que concierne al carácter vivo de la cultura, señalando el mantenimiento de una dialéctica entre avance tecnológico y aprisionamiento social.

Palabras clave: Formación; Tecnología; Cultura digital; Racionalidad; Dialéctica; Olvido.

Introdução

O objetivo do presente ensaio é compreender a configuração da semiformação na cultura digital, mediada pelas tecnologias dos meios de comunicação, refletindo sobre a atualidade do conceito de dialética do esclarecimento. Elaborado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, autores da primeira geração da teoria crítica da Escola de Frankfurt, em um estudo publicado em 1947 (Adorno & Horkheimer, 2006), o conceito de dialética do esclarecimento faz referência à crítica à chamada razão instrumental, um sistema baseado na redução das técnicas e práticas desenvolvidas pela racionalidade humana à manutenção e reprodução de uma determinada ordem social de controle. A análise aqui elaborada se concentra no argumento segundo o qual, mais do que uma questão de conteúdo ou de mediação, relacionada a modos de uso, é a própria forma da tecnologia que se articula à contraditória tendência contemporânea à massificação, contribuindo, assim, para a manutenção da submissão do sujeito às exigências da ordem econômica.

Entendendo-se a racionalidade como a maneira pela qual se organizam as relações entre os indivíduos e entre estes e o meio em que estão inseridos (Horkheimer, 2015), reconhece-se que os modos digitais de comunicação, nos quais se inserem, por exemplo, as redes sociais, já contêm, em sua própria forma, uma direção determinada (Morozov, 2018). A lógica que estrutura essas plataformas orienta seu uso para fins que vão além da simples comunicação ou entretenimento, revelando-se funcional aos interesses particulares envolvidos no seu desenvolvimento.

A produção de efeitos massificantes associada ao uso das tecnologias digitais de comunicação não deve, portanto, ser vista como um desvio ou exceção, mas como consequência direta da apropriação da lógica social vigente no desenvolvimento de tais tecnologias (Crochík, 2011). A partir desse entendimento, analisa-se a possibilidade de compreender, como apontam os autores da teoria crítica, haver uma dialética interna à racionalidade contemporânea: ao mesmo tempo que permite a ação humana sobre o mundo, essa racionalidade viabiliza a apropriação dessa ação para fins privados, os quais, por não serem universalizáveis, requerem uma estrutura que assegure a submissão e a repetição das relações sociais estabelecidas.

Entretanto, é componente também da perspectiva dialética reconhecer que essa tendência dominante não anula completamente a possibilidade de emancipação, embora imponha um processo de afastamento das condições que possibilitariam uma organização social orientada pela liberdade e pela segurança (Adorno, 2010). É nesse contexto que se insere a noção de esquecimento (Adorno & Horkheimer, 2006), entendida como o mecanismo que articula recursos subjetivos individuais às forças sociais orientadas à realização de fins particulares, resultando no deslocamento dos elementos que atendam às demandas subjetivas em nome de uma ordem massificadora.

Essa é a dinâmica que sustenta a permanência das estruturas de dominação apontadas pela crítica e que, aqui, é analisada na forma de empobrecimento da experiência. Tal processo se dá pelo fluxo incessante de informações nos meios digitais, o qual opera uma modulação dos comportamentos ao interferir no acesso do indivíduo às suas próprias potencialidades. Apesar da circulação em quantidade, orientada pela monetização dos

fluxos informacionais, há uma restrição da qualidade, que compromete, portanto, a dimensão da experiência. O método de análise utilizado para elaborar a articulação entre racionalidade, tecnologia e o processo de formação do que compõe a subjetividade humana segue a compreensão estrutural possibilitada pelo enfoque materialista, a partir da dialética negativa de Adorno (Pucci, 2012). A metodologia é composta por dois pontos centrais: o duplo sentido do conceito e a ideia de constelação. O duplo sentido do conceito compreende que o conceito deve ser abordado a partir de dois polos que se confrontam, em um movimento capaz de evidenciar o que do objeto escapa à compreensão. A constelação busca acompanhar os elementos dispersos e singulares do fenômeno, compondo diferentes aproximações para a constituição de uma figura multifacetada da qual salta a concepção do objeto. Nesse entendimento, os elementos da realidade estão interligados em uma totalidade histórica (Adorno, 2008) que permite analisar o papel das tecnologias não apenas como fruto de circunstâncias momentâneas de poder, mas como parte integrante de processos históricos amplos que se desdobram em configurações diversas ao longo do tempo.

Esse modo de compreender a realidade tem implicações práticas significativas. Quando se interpreta que os efeitos provocados pelo uso de uma ferramenta, como as plataformas digitais de comunicação, decorrem exclusivamente da intenção dos sujeitos que as utilizam, sejam elas destrutivas ou construtivas, corre-se o risco de ignorar fatores estruturais mais profundos, os quais influenciam ou até se impõem sobre os movimentos conjunturais, abrindo espaço para que esses esforços sejam capturados e utilizados em favor da consolidação de tendências dominantes.

Em contraste, a análise estrutural busca evidenciar como se organizam as condições sociais que moldam a racionalidade dominante, revelando mecanismos que impactam diretamente a subjetividade (Matos, 1993). A crítica estrutural, portanto, efetiva-se ao mesmo tempo em que denuncia os limites impostos pela realidade analisada e aponta a viabilidade de condições de emancipação.

A retomada crítica dos conceitos de dialética do esclarecimento, esquecimento e semiformação tem como objetivo estabelecer uma base teórico-conceitual, capaz de ultrapassar a dicotomia que classifica as tecnologias digitais de comunicação como intrinsecamente boas ou más. Nesse sentido, questiona-se: como a promessa de processamento total da tecnologia digital pode coincidir com os mecanismos de esquecimento, substituindo formação por informação? Para tal, divide-se o presente trabalho em três partes. A primeira parte retoma a discussão acerca da formação, de modo a afirmar que o apontado na crítica à deformação atualizada nas formas sociais é a possibilidade de resgatar a emancipação como horizonte de organização do todo social. A segunda parte elabora a noção do esquecimento, que atua como dominação da memória, administrando a barbárie no apagamento dos prolongamentos históricos capazes de permitir a elaboração do passado, por sua vez, condição para superação das violências que se impõem. A terceira parte pretende retomar o conceito de dialética do esclarecimento, de modo a evidenciar como a tecnologia digital, massivamente presente mediando as relações sociais, mistifica a sua promessa de progresso social e subjetivo.

O processo de semiformação

Ao se fazer a denúncia da insuficiência da organização social em fazer justiça à humanidade, é tendo em vista a dimensão da formação que a crítica se produz. Por apontar para o que é a vida emancipada, a crítica à cultura que se faz pela defesa das condições de formação permite a negação de certas formas sociais e dos elementos a ela associados, problemática desenvolvida em uma importante obra de Theodor Adorno, denominada “Teoria da Semiformação” (2010). Nessa obra, o autor desenvolve quais seriam os elementos teóricos capazes de articular uma compreensão acerca da “onipresença do espírito alienado” (p. 9), que sucede à danificação da formação, chamada de semiformação, e cuja existência aponta para a necessidade de se olhar para a totalidade das condições históricas e sociais que se objetivam na reificação da consciência.

Para o autor (Adorno, 2010), o indivíduo alienado, que se afasta da condição de agente no processo de produção do qual participa, é resultado de uma semiformação, mas sua grande contribuição se encontra na formulação do entendimento de que a operação da semiformação cumpre uma função social, havendo uma racionalidade na ordenação das condições que fomentam a barbárie, por sua vez entendida como a persistência

de forças sociais que ameaçam a vida humana. Essas condições, por conterem os elementos que se conjugam na constituição da consciência, a aprisionam na dinâmica da autoconservação, dinâmica essa que é reprodutora dos elementos adequados à manutenção do sistema, colocando em movimento uma consciência que renuncia à autodeterminação e, por isso, à emancipação.

O processo de formação danificada pode ser identificado na relação entre indivíduo e o todo social que se volta para a produção da adaptação como forma de manutenção desse todo (Adorno, 2015). Seu mecanismo de ação é o apagamento do papel da socialização na mediação formativa, que deve colocar em movimento a produção de uma diferenciação.

A paralização da dialética da formação, entre indivíduo e sociedade, dá-se na inversão entre meios e fins (Zuin, 2013). Sendo o fim da formação o assentamento de condições de emancipação, afirmadas pelo indivíduo que alcança a sua liberdade, sua inversão se dá quando o fim passa a corresponder a interesses particulares, aos quais se direcionam os bens produzidos pela ordenação social, que deixam de servir ao assentamento das condições para diferenciação, operando a exclusão e, para a tal, as condições de opressão.

A ideia do indivíduo livre como um estado a ser alcançado por todos, que foi liberada pela burguesia, necessita da práxis para se converter em realidade, que, por sua vez, se conjuga à necessidade de uma certa consciência verdadeira e das condições para a sua inflexão material. Entretanto, os meios de produção constituídos se converteram em meios para a manutenção da dominação de classes (Marcuse, 1998). A formação se paralisa com a conversão da classe como um fim em si mesma, que, por sua vez, se mantém pela adequação dos produtos culturais a esse fim.

A noção da existência da semiformação implica que o problema da formação não é que ela se dá de modo incompleto, mas que é uma formação outra, contrária àquilo que poderia ser, e ativamente produzida pelos mecanismos da indústria cultural. Desse modo, por inúmeros canais, fornecem-se às massas os bens de formação cultural. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles excluídos do acesso aos bens humanos.

Nesse sentido, compreende-se o modo de operação do indivíduo com acesso ao meio digital, cuja configuração vem acompanhada da promessa de autonomia de busca, circulação e produção. Sua pretensão ação voluntária não significa liberdade, mas interiorização do comando. A administração total, anunciada pelos autores da Escola de Frankfurt (Adorno & Horkheimer, 2006; Marcuse, 1979), alcança com máxima eficiência a autorregulação subjetiva e, no lugar de emancipado, o que se realiza é o sujeito como administrador de si.

O esquecimento como mecanismo da semiformação

Uma vez que, como já dito, a crítica, dentro do materialismo histórico, se faz com referência à análise das condições históricas e objetos que se prolongam no tempo, o que se denuncia como fracasso da formação cultural se identifica a partir da antiga figura do sujeito. Esse posicionamento não implica “a volta do passado, nem se abranda a crítica a ele. Nada sucede hoje ao espírito que não tivesse inscrito nele desde os tempos mais liberais ou que, pelo menos, não exija o cumprimento de velhas promessas” (Adorno, 2010, p. 18). Desse modo, diz-se que a degradação atual se deve à perda de contato com os recursos para a superação das condições que acompanham o desenvolvimento histórico da forma do sujeito, afastados progressivamente da consciência.

Como condição para a formação tem-se, então, a tradição, que deve ser entendida como guardiã de elementos a serem desdobrados em condições de liberdade, e por isso a formação depende de continuidade, atribuída à mediação. A tradição é pensada como o sustentáculo do indivíduo, uma vez que a sua forma é histórica, e é na sua preservação que o indivíduo tem acesso ao conhecimento de si (Benjamin, 2012). Sendo esse conhecimento necessário para uma existência autônoma, a possibilidade da emancipação depende do manter a dimensão da tradição.

Se à forma humana falta o conteúdo permitido pela tradição, ela se mantém esvaziada enquanto é mobilizada para uma função utilitária, ajustada ao funcionamento da totalidade. A sociedade que se pauta pela manutenção do seu funcionamento econômico convertido como fim, afasta e dissolve, em seus processos alienadores, a tradição. Dessa maneira, pode-se apontar que o solo da semiformação é o esquecimento. A relação com o objeto

é buscada, mas a experiência, “a continuidade da consciência em que perdura o ainda não existente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo” (Adorno, 2010, p. 33), é impedida em troca de um bombardeio de informações desconexas, pontuais, que perduram até serem substituídas por outras, porque desprovidas de conteúdo, e, portanto, de profundidade.

Esclarecer a formação a partir das dinâmicas que formam a consciência, e a sua deformação como apoiada em um processo de esquecimento, permite sustentar os processos de formação em uma dinâmica de continuidade (Adorno, 1995). Essa conjuga o diferente ao semelhante, a parte ao todo, e fornece segurança ao movimento formativo do indivíduo, por sua vez resultante dos esforços de conhecimento e objetivação de condições de liberdade anteriores, resgatadas em seu devir.

Sem a consciência de continuidade, o indivíduo se vê entregue à afirmação de um sistema de crenças mobilizadas como modos de defesa do sistema, incapacitado de acessar a estrutura dos problemas por alcançar apenas a sua superfície, ideologicamente atualizada e apresentada (Antunes & Maia, 2018). Na continuidade negada, pela ação das formas do sistema atual que colocam em prática mecanismos contrários à história, os indivíduos formados nesse sistema se afastam das suas potencialidades.

Esse processo de esquecimento, produzido pelas dinâmicas de massificação, torna-se evidente ao se considerar que o fluxo de informações que circula *online* é controlado, em sua maioria, por conglomerados concentrados nas mãos dos mesmos proprietários, fazendo com que os interesses do que deve circular *online* fiquem restritos. Mas também quando se compreende o estabelecimento de padrões de captura de atenção e de tendências comportamentais (Beiguelman, 2021). Tal dinâmica que acompanha o movimento do capital, voltado para a acumulação, restringe a qualidade dos bens culturais e empobrece a experiência necessária à formação.

A preservação da cultura e, por isso, da formação, na preservação da capacidade de permanência dos bens objetivados pelo trabalho da mediação e da experiência, depende de um fortalecimento do espírito no acesso ao que se constituiu anteriormente. O que leva Adorno a concluir que, “a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a autorreflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu” (Adorno, 2010, p. 39), resgatando na história, na própria relação entre os homens, os caminhos para a superação dos impedimentos à existência humana emancipada.

A tecnologia como racionalidade e atualização da dialética do esclarecimento

Como vem sendo colocado, a retomada histórica do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais a elas vinculadas indica que a sociedade se mantém sob a forma não da defesa da liberdade humana, mas da dominação e da violência na realização de interesses privados. Essa história é a história do entrelaçamento entre esclarecimento e dominação, entre o esforço de superação do que ameaça a vida, para a afirmação de liberdade, e o aprisionamento do objeto e, nisso, do sujeito, na imobilidade do pensamento que se mantém por sua forma incapaz de um conhecimento verdadeiro, dinâmica reconhecida como dialética do esclarecimento.

Conforme indicam Adorno e Horkheimer (2006), impera a imposição do perder-se para se conservar, em um processo no qual o indivíduo se afasta do seu ideal de autorrealização, enquanto ordenação das condições necessárias ao ganho da forma humana autônoma, mantendo-se como sobrevivente diante da imposição de uma ordem excludente. Na existência de uma realidade externa que nega as condições para a aparição e manutenção do sujeito, que apenas se realiza pela diferenciação, o indivíduo é levado a ceder ao todo uniforme. Assim é o todo ordenado pelo princípio econômico, que só permite a existência daquilo que age em consonância com a progressão do valor. A racionalidade passa a servir ao cálculo da subordinação aos sacrifícios exigidos pela sociedade.

Esse é o quadro que Marcuse (1979) nomeia de sociedade de mobilização total, no qual se indiferencia o que se coloca como oposição ou afirmação. Isso causa um efeito de estabilização dos conflitos, ou de paralisia, na naturalização da ameaça em nome da defesa da manutenção dos níveis crescentes de lucro, a qual serve à produção, e a qual se subordina à reprodução social. Dado o enfraquecimento da possibilidade de oposição, o domínio social do princípio da individualidade, que tem como base a lógica da mercadoria, impõe justamente o conflito constante, a luta de todos contra todos. A naturalização que paralisa as possibilidades de mudança social subverte a noção de pacificação e transforma o conflito em um invariável.

O que se tem colocado até aqui é a ideia de que o que liga a história humana é a lógica da dominação, expandida pelo esquecimento, como um *continuum* histórico que se estende desde a era pré-tecnológica, acompanhando o desenvolvimento tecnológico. Esse que deveria ter seu sentido ligado à distribuição dos benefícios alcançados pela cultura de modo a amenizar a luta pela sobrevivência, não é capaz de cumprir tal direcionamento. Do contrário, o desenvolvimento tecnológico é denunciado pelo fato de que a sua lógica está presente nos domínios externos à produção, alcançando o que diz respeito à reprodução social. Esse entendimento permite dizer da existência de um sistema totalitário de imposição da dominação na relação entre sujeito e objeto, cuja lógica é a base da racionalidade tecnológica.

O que Marcuse (1979) chama de sociedade industrial avançada não se refere tanto à presença de qualidade tecnológica, mas à totalização de uma lógica produtora de um certo modo de objeto, reduzido à condição de mercadoria, criando uma estrutura social que insiste em se fortalecer e se atualizar pelo apagamento da capacidade de desdobramento efetivo de forças sociais alternativas. Essa noção concentra a discussão acerca do quadro atual da dialética do esclarecimento e do desenvolvimento tecnológico corrente. Uma vez que “a racionalidade e a manipulação técnico-científica estão fundidas em novas formas de controle social” (Marcuse, 1979, p. 144), não pode haver uma neutralidade na tecnologia produzida.

A ideia que se materializa nos produtos humanos segue uma determinada direção, que assume um caráter de inerência. A ciência, ao colocar os procedimentos e conceitos capazes de capturar e ordenar os elementos da natureza, estabelece os critérios para dominação dos homens. O progresso buscado necessita dessa extrapolação para o mundo social, a sociedade como um todo deve agir em conformidade com o princípio da dominação progressiva, com a garantia do melhor alcance da extração de mais-valia.

A neutralidade atribuída à apreensão da objetividade pelo método, ideia que fundamenta o pensamento moderno e se transmuta no pensamento contemporâneo, é resultado da operação de um sujeito histórico específico. Na busca por maior autonomia de procedimento, na busca por sua eficácia, o objeto perdeu seu caráter determinante, e o procedimento que conforma o objeto é dependente do sujeito, sujeito esse que corresponde a uma consciência predominante, e dominante, a qual serve à neutralidade. Dessa maneira, Marcuse afirma que “o a priori tecnológico é um a priori político” (Marcuse, 1979, p. 150), porque é resultado de operações humanas, situadas em um conjunto de relações que impõem suas necessidades. A técnica, e nisso a prática, não se separam da concepção que as forjou.

A progressão da racionalidade, que aparentemente liberta a realidade do reino dos fins por meio da automatização do procedimento, capaz de se manter atuando na superação dos obstáculos internos e externos, não se torna independente do sujeito, pelo contrário, a lógica da dominação atua ainda mais o procedimento ao seu operador (Adorno, 1993). O próprio sujeito deve ser também objeto desse procedimento, o controle se aplica também a ele, atuando sobre a conformação da consciência, sujeita à mesma opacidade à qual é submetido o objeto. O sujeito se assujeita no aprofundamento da dependência à racionalidade na qual se ordena o mundo.

Como Marcuse (1979) se esforça por demonstrar, existe um caráter “instrumentalista interno dessa racionalidade científica em virtude da qual ela é tecnologia apriorística” (p. 153), ou seja, a racionalidade mesma é uma operação, contém um fim. A tecnologia se aponta então como forma de controle e dominação social. Isso indica que não há um conhecimento neutro *a priori* que se insere num contexto político e adquire determinado uso a serviço da libertação ou da barbárie, a racionalidade mesma é uma tecnologia, já possui um uso embutido, um sentido no qual deve ser utilizada.

É dentro desse contexto que se dá a noção de que as tentativas de libertação humana não encontram meios de se manterem e se realizarem porque carregam consigo o signo da dominação no qual está baseada a racionalidade e, nisso, frequentemente se volta ao lugar de dominação de onde se saiu. No seu lugar, aparecem pseudossaias que retornam à meta de produção de mais-valia, por não romperem com a imposição da necessidade de manter a progressão do capital, e produzindo uma sociedade não apenas politicamente, mas “racionalmente totalitária” (Marcuse, 1979, p. 154).

Assim, o “instrumentalismo interno da racionalidade científica” (Marcuse, 1979, p. 155), por ser antecipado por um projeto social, diz de uma interrelação, uma dupla determinação entre teoria e prática. A teoria prevê um

certo uso, o pensamento se ordena tendo em vista um modo de ação e uma finalidade, já a prática está anteriormente condicionada pelo conceito que lhe produz. Determinação que se mantém pela necessidade de dominação.

A dominação, por sua vez, se dá como um princípio único e unificador, permitindo a ação do homem no mundo, e nisso apresenta uma certa figura de progresso. Esse princípio unificador não é harmonizador, mas se produz pela violência. Isso reforça a ideia aqui apresentada de que não se pode clamar pela neutralidade ou pela forma pura, tanto do conceito quanto do método. Por trás de ambos existe um sujeito produtor, por sua vez, constituído de conteúdo histórico, que se presentifica na forma da teoria e da prática, do método e do conceito.

A manutenção do princípio de dominação inscreve na história a contradição de que esse sujeito produtor e validador, constituído de conteúdo histórico, produz e valida contra si mesmo, e é isso que permite dizer que método e conceito já estão posicionados de antemão, sustentados por um projeto (Marcuse, 1999). A tecnologia não se valida após o seu uso, a sua validade já é formal.

Por outro lado, seguindo a reflexão dialética que permite identificar as mediações que compõem o imediato e iluminam o avesso daquilo que se apresenta sem profundidade, é da tecnologia, enquanto formalização de um procedimento, de onde parte a ação que torna indivíduo e natureza passíveis de organização. A tecnologia é a objetivação do projeto social, realização do projeto de dominação que garante o exercício dos interesses particulares nele incluídos pelo seu uso.

É dentro dessa tendência que se entende o modo atual em que se encontra a tecnologia, intensamente individualizada. A mediação entre a realização de interesses particulares e os de cada indivíduo não depende imediatamente do controle de grupos, mas recai diretamente sobre o indivíduo. A massa que se cria como resultado da imposição de interesses se produz pela ação voluntária de cada indivíduo de posse de seu dispositivo eletrônico (Lash & Lury, 2007). Cada indivíduo se torna instrumentalizado para controlar a si mesmo na manutenção da mais-valia. O indivíduo age sobre si se mantendo como mercadoria por intermédio da tecnologia.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a tecnologia se tornou o grande veículo de espoliação. O sujeito que se encontra por trás do procedimento é ainda o sujeito do capital — a burguesia —, mas essa não mais existe na figura do chefe, e sim na lógica de funcionamento dos meios digitais de comunicação (Zuboff, 2018). É a extrapolação da lógica da indústria para a organização não só da produção industrial, mas alcançando a organização da vida interna do indivíduo e sua relação com os outros.

A sociedade da administração total produz cada indivíduo como um administrador, que o faz por meio da tecnologia, não só no seu uso, mas na sua lógica (Sancho, 2018). O progresso se apresenta na produção de células individuais de administração do projeto de dominação, em uma massificação autogerida pelas suas partes, que produzem a si mesmas como massa.

Dentro do projeto de absorção dos meios pelos fins, de redução da realidade à condição de objetos quantificáveis por uma operação intrinsecamente instrumental, esses objetos se esvaziam em seu conteúdo e o pensamento perde o momento para elaboração dos prolongamentos históricos neles contidos. Os meios de comunicação digitais se reduzem a meios de circulação de informações, que sob domínio de interesses de conglomerados econômicos oferecem tanto os modelos de pensamento quanto as possibilidades de respostas, modulando cognitivamente e afetivamente os sujeitos que têm as suas relações mediadas por tais dispositivos e que têm o seu acesso aos bens culturais restringidos à quantidade e qualidade de informações disponíveis. A partir desse modo de mediação, coordenado pela acumulação tanto de capital quanto de influência, encurta-se o espaço entre pensamento e prática, justamente o espaço necessário à experiência que permite relacionar o dado e a informação pontual com o todo, o presente com a história atual e passada, ocasionando o processo de esquecimento.

Nesse contexto, a quantidade de dados disponíveis para serem acessados pelos indivíduos se insere dentro desse espaço de redução e esvaziamento colocado pelo triunfo do pensamento positivista. O objeto está presente para o indivíduo, mas a sua apreensão é reduzida no condicionamento do seu uso, minando-se as possibilidades formativas desse contato que, do contrário, fortalece a semiformação. Mantém-se, assim, o movimento da dialética de uma racionalidade que progride ao mesmo tempo em que cria novas formas de aprisionamento, atualizando o modo de funcionamento do chamado processo de esclarecimento denunciado por Adorno e Horkheimer já em meados do século XX.

Conclusão

O que aqui se elabora é o projeto de expansão da lógica do capital que se mantém atuante no contexto atual da segunda década do século XXI, no qual se tem o espaço digital capaz de registrar um grande número de informações, à primeira vista, cumprindo um papel de memória social e coletiva. Dessa maneira, o modo como se organiza a atual sociedade da cultura digital imputa ao indivíduo a internalização das exigências de adaptação pela autogestão produzida pelo direcionamento inscrito na forma tecnológica, cujo funcionamento se liga à valorização e reprodução do capital, convertendo o progresso técnico em novas modalidades de aprisionamento.

Denuncia-se aqui a capacidade da racionalidade atuar como mistificadora da realidade, ordenando-a de tal maneira que torna impensável uma outra organização, porque os elementos que constituem essa realidade estão sustentados por explicações racionais, apoiados pela ciência e por diretrizes políticas que minam as possibilidades de mudança. Assim, “o racional, e não o irracional, se torna o veículo mais eficaz de mistificação” (Marcuse, 1979, p. 179), havendo a apropriação dos avanços materiais da humanidade que não se realizam em condições reais de emancipação.

A racionalidade termina por promover e exigir um comportamento que aceita a insanidade (Marcuse, 1979). Ela se apresenta na exigência de inteligibilidade, que passa pela redução dos significados, pelo esvaziamento dos sentidos, pela assimilação imediata dos caracteres a princípios gerais, pela justificação dos fatos sem que a contradição seja resolvida.

A tecnologia atua como médium de dominação porque oferece aos indivíduos a satisfação de necessidades criadas também para esse fim, promovendo uma acomodação do indivíduo à sociedade. Ao mesmo tempo em que o todo social é individualizado, apagando a essencialidade dos vínculos sociais e promovendo o indivíduo como particular esvaziado de qualidade, uma vez que esta se constitui na experiência da alteridade, produz-se, como contrapartida, a oferta de serviços que o acomodam, orientando e delimitando de antemão sua circulação. As tecnologias digitais de comunicação servem à existência desse indivíduo e, em um aprimoramento tecnológico, as plataformas digitais de comunicação são pensadas para o colocar como ponto de articulação desse projeto social. É a própria racionalidade técnico-administrada, organizadora das mediações sociais, que converte sujeitos em pontos de passagem com movimentos predeterminados, visando à previsibilidade e à adesão como normas imanentes do funcionamento social. Desse modo, retomar o conceito de dialética do esclarecimento permite compreender que o avanço técnico e científico, longe de se realizar como caminho de libertação humana, repõe a lógica da dominação. Na medida em que o esclarecimento se converte em instrumento de controle e padronização, a promessa de autonomia se transforma em sujeição às forças sociais que regulam o pensamento e a ação, agora mediadas pela tecnologia digital. A racionalidade que organiza os meios técnicos se revela, portanto, como portadora de um conteúdo histórico específico, vinculando conhecimento e poder, e, assim, perpetua a dependência do sujeito em relação às estruturas econômicas e culturais que definem o modo de produção vigente.

Contudo, a própria dialética do esclarecimento aponta que a crítica à razão instrumental não implica a recusa da razão, mas a exigência de sua autocrítica. É no reconhecimento da contradição que se mantém viva a possibilidade de superação, mantendo aberta a possibilidade de que a racionalidade se torne suscetível ao que ela mesma sacrifica: ao não idêntico, ao sofrimento, à dúvida e ao não saber, experienciando outras dinâmicas de memória e esquecimento não orientadas pelos objetivos econômicos da manutenção da ordem de acumulação do capital.

A compreensão da tecnologia como forma de racionalidade indica que a reflexão sobre modos mais conscientes de uso implica a elaboração de novas formas de mediação entre sujeito e sociedade, apoiadas na dimensão sensível da razão e, portanto, capazes de se orientar pelas necessidades reais do sujeito diante das limitações próprias das trocas sociais, resgatando assim o sentido formativo da cultura. Nesse movimento, reside a tarefa de reconduzir o esclarecimento ao seu propósito originário: o de promover a emancipação humana, e não a sua administração.

Referências

- Adorno, T. W. (1993). *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada* (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Ática.
- Adorno, T. W. (1995). O que significa elaborar o passado. In T. W. Adorno, *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Adorno, T. W. (2008). *Introdução à sociologia*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.
- Adorno, T. W. (2010). Teoria da semiformação. In B. Pucci, A. A. S. Zuin, & L. A. C. N. Lastória (Orgs.), *Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa* (pp. 7–40). Campinas, Brasil: Autores Associados.
- Adorno, T. W. (2015). Teses sobre a necessidade. In T. W. Adorno, *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.
- Antunes, D., & Maia, A. (2018). Big data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, 29(2), 189–199. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170156>
- Beiguelman, G. (2021). *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. São Paulo, Brasil: Ubu Editora.
- Benjamin, W. (2012). Sobre o conceito da história. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (8ª ed., pp. 241–252). São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Crochík, J. L. (2011). A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. In J. L. Crochík, *Teoria crítica da sociedade e psicologia: alguns ensaios*. Araraquara, Brasil: Junqueira & Marin.
- Horkheimer, M. (2015). *Eclipse da razão*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.
- Marcuse, H. (1979). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Marcuse, H. (1998). Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In H. Marcuse, *Cultura e sociedade* (Vol. 2, pp. 113–136). Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Marcuse, H. (1999). *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo, Brasil: Fundação Editora Unesp.
- Matos, O. C. F. (1993). *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo, Brasil: Moderna.
- Morozov, E. (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo, Brasil: Ubu.
- Pucci, B. (2012). A dialética negativa enquanto metodologia de pesquisa em educação: atualidades. *Revista e-Curriculum*, 8(1), 1-24.
- Sancho, G. R. (2018). Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hacktivismo à tomada das ruas e das redes. In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, L. Guilhaon & L. Melgaço (Orgs.), *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Zuboff, S. (2018). Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, L. Guilhaon & L. Melgaço (Orgs.), *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Zuboff, S., & Lury, C. (2007). *Global culture industry: the mediation of things*. Cambridge, Brasil: Polity.
- Zuin, A. A. S. (2013). Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semiformação. *Pró-Posições*, 24(3), 139–159. <http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n3/09.pdf>

Contribuição dos Autores

Conceitualização: M. B. D. S.

Redação do manuscrito: M. B. D. S.

Análise dos dados: M. B. D. S.

Revisão e edição: M. B. D. S.

Submetido em: 18/08/2025

Aceito em: 14/12/2025

Como citar:

Silva, M. B. D. A dialética da tecnologia digital: entre a formação e o esquecimento. *Rev Polis e Psique*. 2026, 16: e026021.

Financiamento:

Não houve financiamento.